

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: A DESCONSTRUÇÃO ANUNCIADA

Reigler Siqueira Pedroza

(Acadêmico); Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (FEF/UFG); Órgão financiador PROLICEN/UFG.

Anegleyce Teodoro Rodrigues

(Mestre); Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (FEF/UFG).

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi verificar como os sujeitos de uma escola (alunos, pais, professores, coordenador pedagógico e diretor da escola) se relacionaram com as mudanças e orientações ocasionadas pela Secretaria Municipal de Educação, gestão 2005/08, no que tange as alterações na avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Utilizamos o estudo de caso do tipo etnográfico como procedimento metodológico. A principal mudança ocorrida foi a criação do percentual de nota, que têm ferido substancialmente os princípios pedagógicos da proposta de ciclos do município.

ABSTRACT

The general aim of the research is to evaluate how the people from the school (students, parents, teachers, co-ordinators, and director of the school) are relating with changes and orientations given by the Municipal Secretary of Education, management 2005/08 which refers the alterations in the evaluations of the process of teaching-learning. We use the study of case ethnographic as a method procedure. The main change that occurred was the creation of the percentage of the grades, that has injured substantially the educational principles from the offer of cycles of the borough.

RESUMEN

El objetivo general de la investigación es evaluar como los sujetos de la escuela (alumnos, padres, profesores, coordinadores pedagógicos y director) están relacionándose con las transformaciones y orientaciones por la nueva Secretaria Municipal de Educación, gestión 2005/08, no que referese a las alteraciones en la evaluación del proceso de enseñanza-aprendizaje. Fue seleccionada una escuela municipal de la misma ciudad. Utilizamos el estudio de caso etnográfico como procedimiento metodológico. La principal mudanza ocurrida fue a creación del porcentual de nota, que tiene herido substancialmente los principios pedagógicos da propuesta de ciclos del município.

1. JUSTIFICATIVA

Esta investigação surgiu de problemas encontrados na realização da pesquisa de Santos (2004) na Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, sobre o sistema de avaliação nos ciclos do município de Goiânia/GO, em especial nas aulas de Educação Física (EF). Analisamos os apontamentos e mudanças na realidade escolar após a intervenção desta pesquisa buscando identificar como os sujeitos envolvidos no processo (alunos, pais, professores, coordenadora pedagógica e diretor da escola) se relacionaram com as novas orientações de avaliação em um momento de transição do governo municipal e, portanto, de uma nova gestão no âmbito da

Secretaria Municipal de Educação. Uma das primeiras medidas no que se refere à organização do trabalho pedagógico da escola foi a criação do percentual de nota, rompendo com as determinações da gestão anterior, a qual instituiu a avaliação qualitativa e descritiva.

O interesse pelo estudo dos impactos que as mudanças trariam na organização geral da escola e, particularmente, da educação física se deu, pelo fato de existir naquela unidade escolar uma aproximação com a Universidade. A Faculdade de Educação Física da UFG, vinha desenvolvendo, há dois anos, projetos de pesquisa e ensino em parceria com aquela instituição. Nesse sentido, acompanhamos um momento histórico importante de transição de governos municipais. Após quatro anos de implantação de um projeto pedagógico foram promovidas intensas mudanças na organização curricular. Essas mudanças romperam com o sistema seriado em todas as escolas da rede municipal, e introduziu uma nova cultura escolar fundamentada nos ciclos de desenvolvimento e formação humana. Com uma nova gestão da educação na cidade, observamos como pesquisadores, que uma nova política educacional ainda não claramente delineada com diferentes normas foram sendo introduzidas e aos poucos alterando o projeto implantado nos anos anteriores.

O anúncio de novas regras, particularmente na forma da avaliação e do planejamento trouxe para os professores algumas inquietações e muitas dúvidas. Nesse sentido, em acordo com a coordenação e direção da escola propomos a realização de uma pesquisa cujos objetivos foram identificar, analisar e refletir, dentro dos limites impostos pela realidade, sobre as novas concepções e critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem e suas implicações para o ensino de Educação Física, compreendendo-a como conhecimento escolar e prática pedagógica, na perspectiva da cultura corporal (Coletivo de Autores,1992).

2. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A AVALIAÇÃO

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) é uma das chaves centrais para qualquer pesquisa que se pretenda tratar com rigorosidade os problemas da escola. Assim, podemos conceituá-lo da seguinte forma:

(...) Organização do Trabalho Pedagógico pode ser entendido em dois níveis: a) como trabalho pedagógico que, no presente momento histórico, costuma desenvolver-se predominantemente na sala de aula; e b) como organização global do trabalho pedagógico da escola, como projeto político pedagógico da escola (FREITAS 1995, p.94).

Assim almejamos analisar os aspectos referentes às determinações, tanto dentro de sala de aula em que a avaliação atua, quanto nas transformações e implicações que essa provoca na organização global da escola. Definimos a avaliação segundo suas características formais e informais:

(...) estamos entendendo por avaliação formal aquelas práticas que envolvem o uso de instrumentos explícitos de avaliação, cujos resultados podem ser examinados objetivamente pelo aluno, à luz de um procedimento claro. Por contraposição, estaremos entendendo a avaliação informal como a construção, por parte do professor, de juízos gerais sobre o aluno, cujo processo de constituição está encoberto e é aparentemente assistemático (FREITAS 2005, p.145).

Estes dois aspectos são determinantes em qualquer processo de avaliação escolar, que estaremos discutindo durante o processo de confecção desta pesquisa. A avaliação será analisada em função dos objetivos como categorias determinantes da prática pedagógica. Os objetivos devem ser analisados em dois níveis, sendo eles: seus efeitos no interior da sala de aula, como avaliação/objetivos do *ensino*, e no nível da escola como um todo, como avaliação/objetivos da *escola*, expressos na forma de um projeto político-pedagógico. Estes dois níveis interagem constantemente.

3. CICLOS, AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA

As discussões sobre a possibilidade de mudanças e reestruturações curriculares nas escolas do município de Goiânia/GO começaram a ser debatidas a partir do ano de 1997, primeiramente dentro da SME com alguns colaboradores das escolas, e depois com a criação de um grupo composto por diversos representantes da rede para elaboração de uma nova proposta. Já em 1998, como nos mostra a SME (s/d) com o trabalho do grupo de estudos implementou-se o Ciclo I em todas as escolas da rede e o Ciclo II em 40 escolas através de um projeto chamado “Escola para o Século XXI” que no ano seguinte integrou mais 10 escolas atingindo 50. Nesse período, a proposta de organização do ensino pretendia-se em quatro ciclos: Ciclo I – 1º e 2º série, Ciclo – II 3º e 4º série, Ciclo III 5º e 6º série, e Ciclo IV – 7º e 8º série.

Ainda em 1999, após diversas discussões e debates, foi elaborada e reformulada a separação dos tempos de vida¹ em somente três ciclos: Ciclo da infância, pré-alfabetização, 1º e 2º série; Ciclo da pré-adolescência, 3º, 4º e 5º série e Ciclo III da adolescência 6º, 7º e 8º série.

Na gestão do prefeito Pedro Wilson, entre 2001-2004, que se denominava como democrático-popular, não houve rompimento com a proposta que estava sendo desenvolvida, mas uma continuidade do trabalho com o intuito de sua ampliação. Sendo assim, em 2002 foi implementado o ciclo II em todas as escolas da rede e do ciclo III em algumas unidades.

Atualmente convivemos com a gestão do prefeito Íris Rezende no município de Goiânia/GO, que até o momento realizou algumas mudanças na rede de ensino no que se refere ao processo avaliativo que será abordado no desenvolvimento desta pesquisa.

Do ponto de vista político ideológico, a proposta de ciclos é herdeira de uma postura progressista de escola. Enxerga esta como um espaço transformador que, para tal, deve ser igualmente transformado em suas finalidades e em suas práticas, nos seus espaços de gestão e em seus tempos de formação. Nesse sentido, ela possui como objetivo a busca do desenvolvimento do educando em suas várias dimensões: física, psíquica, cognitiva, afetiva, social e emocional, entre outras.

A avaliação dos educandos, na concepção dos CDH, deverá ter os seguintes princípios, segundo a SME (2002c): *dinâmica* (utilizando-se de diversos instrumentos e buscando a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar); *qualitativa* (na tentativa de identificar as aprendizagens significativas para o contexto social, cultural e político onde se insere o educando); *contínua* (realizada durante todo o processo e não somente no final de

¹ Por tempo de vida compreendemos as diversas fases por qual passa a criança no seu desenvolvimento no período escolar. Retiramos esse termo da obra “Ciclos, seriação e avaliação – Confronto de lógicas” de Luiz Carlos de Freitas, lançado pela Editora Moderna no ano de 2003.

cada bimestre); *diagnóstica* (na busca das dificuldades e potencialidades dos alunos para apontar superações das situações limite) e *descritiva* (garantindo dados qualitativos da avaliação que os números não dão conta com nuances da formação do educando que auxiliará o coletivo escolar na superação das dificuldades).

Na EF a proposta da secretaria aponta critérios de avaliação a serem considerados, sendo eles,

Compreender o que é EF e sua importância; reconhecer no jogo suas possibilidades de ação com ou sem material e as relações destes com a natureza; perceber no jogo a possibilidade de construção de regras e valores que o envolve; resgatar, através do esporte, os valores, compromisso solidário e respeito humano que privilegiam o coletivo sobre o individual; reconhecer, através dos movimentos, ginásticas que impliquem diferentes soluções aos problemas de equilibrar, trepar, saltar, rolar/girar, balançar/embalar, seja no ambiente natural ou não e perceber diferentes ritmos (dança), sem a preocupação de técnicas e trabalhá-las em relação aos temas expressivos, as ações da vida diária. Sistematizar o conhecimento, adquirindo a consciência de sua atividade mental, suas possibilidades de abstração, confrontos de dados da realidade com as representações do seu pensamento sobre ele; identificar, dentro dos jogos lúdicos e pré-desportivos, o conteúdo de forma que implique no desenvolvimento da capacidade de organizar os próprios jogos e decidir suas regras; reconhecer técnicas de diferentes ginásticas (artística, rítmica desportiva, aeróbica, etc); entender e interpretar técnicas de dança através da representação de temas da cultura nacional e internacional; resgatar as lutas como manifestação cultural dos povos; dominar técnicas básicas dos contextos da cultura corporal, ginástica, lutas, jogos, esporte e dança; e entender a diferença entre o jogo cooperativo, do jogo competitivo com fins excludentes (SME 2000, p. 56-7).

Assim, iniciamos nossa discussão sobre a proposta de avaliação nos CDH do município de Goiânia/GO, ressaltando suas características e o acúmulo possível até o momento sobre essa inovação importante na prática pedagógica da escola pública de uma determinada realidade.

4. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa mais adequado para possibilitar a efetivação dos objetivos propostos foi o estudo de caso etnográfico. Na educação, esse método de pesquisa vai se ater ao processo educativo e possui uma diferença de enfoque da forma como é utilizado pelos antropólogos. As exigências de uma longa permanência do investigador em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais na análise de dados não precisam ser cumpridos pelos investigadores educacionais. Marli André (2004), acrescenta afirmando que “(...) o que se tem feito, pois é uma adaptação da etnografia à educação, o que me leva a concluir que fazemos estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito” (p.28). O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade.

Os instrumentos de investigação utilizados foram: a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas, os questionários abertos e a análise de documentos. A *observação participante* no intuito de interagir com a situação estudada (foi feita durante o preenchimento das fichas de avaliação dos alunos), as *entrevistas semi-estruturadas* na busca de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados (realizada com o Diretor, uma Pedagoga e duas professoras de Educação Física), os *questionários abertos* para explicitar

posicionamentos (com pais e alunos) e a *análise de documentos* para contextualizar o fenômeno e completar as informações coletadas com outras fontes (sendo esses o PPP da escola, o Plano de Ensino das aulas de EF de uma das professoras e os novos critérios para o preenchimento das fichas de avaliação dos alunos). Com esses instrumentos foi possível realizar uma investigação criteriosa da realidade.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Antes de começarmos essa discussão, faz-se necessário explicitarmos as limitações desta pesquisa. Temos a compreensão de que ela não consegue abarcar todo o universo e complexidade que possui a escola. Por isso nossas considerações partem de análises que podem não abarcar a totalidade do problema, apesar de buscarmos ter fidedignidade em nossas afirmações e reflexões. Isso não denota neutralidade com o que foi apresentado, até porque desacreditamos poder existir neutralidade na ciência e em qualquer espaço da sociedade, mas é um cuidado para que não façamos generalizações indevidas ou afirmações equivocadas.

Tendo clareza das limitações tanto de investigação quanto das análises realizadas, apresentaremos as reflexões dos dados à luz do referencial teórico, no intuito de refletir as problemáticas explicitadas, na tentativa de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino da EF e da escola pesquisada.

A principal mudança ocorrida na proposta de CDH do município de Goiânia/GO, naquele ano de 2005, foi a criação do percentual de notas. Três meses após o início da nova gestão, o percentual de notas foi implementado nas escolas. O argumento usado para justificar a mudança foi devido a uma ação movida pelo Ministério Público de Goiás, a qual questionava a ausência da quantificação da avaliação dos alunos e a validade do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a nova gestão da prefeitura não realizou um estudo sobre o impacto e os resultados da implementação dos CDH. Portanto não houve parâmetros para identificar índices de sucesso ou fracasso escolar e sua relação com a avaliação qualitativa. Com essas alterações identificamos a falta de uma condução democrática nesse processo.

A entrevista de uma das professoras indicou que a nova gestão da SME conduziu suas ações de forma arbitrária e o exemplo disso foi a implementação do percentual de notas. A esse respeito detectamos uma contradição com relação à proposta de ciclos, a qual defende que toda política educacional irá se pautar pelo debate coletivo com a participação de alunos, pais, funcionários, professores, coordenadores e diretor, enfim toda a comunidade escolar. No caso do percentual de notas isso não ocorreu e podemos observar nas análises o desconhecimento por parte de alunos e pais.

A proposta de avaliação nos CDH leva em consideração os aspectos físicos, afetivos, cognitivos, psíquicos, sociais e emocionais. Através do roteiro de observação participante e das entrevistas, percebe-se que as professoras têm se atentado a uma valorização dos aspectos cognitivos, com exceção das aulas de EF, cujo determinante do processo avaliativo é a disciplina e o comportamento, como se notou no preenchimento das fichas de avaliação. Esta característica possui consonância com o currículo seriado e afeta drasticamente o processo de formação ampliada defendida nos ciclos. O temor do retorno ao sistema seriado pode ser notado nas entrevistas das professoras pois todas colocaram em dúvida se, no ano de 2006 teríamos ciclos ou séries na rede municipal.

Entre as professoras envolvidas na pesquisa, somente uma se mostrou abertamente contrária à implementação do percentual de notas. Esta professora justificou com uma explicação clara sobre os princípios, e a visão de sociedade e escola defendida na proposta de

ciclos. Afirmou que a implementação desse percentual remetia para o retorno da quantificação da avaliação e por conseguinte seria um atraso para a escola. Sem a possibilidade de classificar os alunos através de notas, como elemento central de registro do desempenho dos alunos, as professoras, que por alguns anos ficaram sem um instrumento punitivo eficaz para a condução das aulas, deveriam repensar seu planejamento e sua prática pedagógica, a fim de motivar os alunos para o estudo e exigir a disciplina em aula. Assim, a tendência seria das professoras voltarem responsabilizar, exclusivamente, o aluno pelo sucesso de sua aprendizagem. Tanto professor(a) como o aluno possui centralidade na efetivação do processo de ensino-aprendizagem, sendo o/a professor(a) responsável pela direção desse processo.

As outras professoras se dividiram entre: favoráveis, contra e sem opinião formada sobre a indagação. Este fato nos leva a concluir que a falta de fundamentação teórica dessas professoras sobre o sistema de escolarização em que ministram aulas é alarmante, independente da posição que assumem ante a questão. Embora todas tenham sido unânimes em defender as melhorias trazidas pelos ciclos, tais como: a contratação de mais professores(as), devido à forma de organização do ensino, a presença do professor(a) dinamizador e a realização de cursos de formação continuada. Os mesmos não percebem que o percentual de notas é um atraso no desenvolvimento da proposta de ciclos, pois fragmenta e dicotomiza o trabalho docente.

Freitas (2004) afirma que se não ganharmos os pais para a idéia dos ciclos será difícil avançar para a consolidação da experiência dos mesmos. Através dos questionários nota-se que as respostas dos pais se restringem a gostar ou não dos ciclos, faltando uma argumentação sobre os motivos, por exemplo, de suas respostas. Faz-se necessário envolver os pais nesse debate sobre ciclos ou séries para podermos vislumbrar uma permanência e defesa da proposta de ciclos na rede de ensino. Pais insatisfeitos podem levar os políticos a retirarem os ciclos de suas agendas políticas por uma simples razão: os pais votam. Os alunos estão no mesmo barco, ou seja, suas opiniões sobre os ciclos carecem de maior esclarecimento e precisam ser também inseridos nesse debate.

A análise dos questionários indicou que os pais não gostam da avaliação descritiva e, apesar de desconhecem a implementação do percentual de nota, se mostraram satisfeitos com a idéia. Isso não denota que agora os pais vão se interessar mais pela educação de seus filhos, pois como nos atesta a entrevista de uma das professoras de EF, os mesmos que antes não entediam a avaliação descritiva agora vão continuar sem saber como está a vida de seu filho na escola com as notas. Isso não altera a realidade.

Os próprios alunos compartilham dessa mesma opinião dos pais pois, apesar de não conhecerem a implementação do percentual de nota, gostam da proposta justificando que com a ameaça de uma nota que pode levá-los à reprovação, eles estudariam mais. É como se já estivesse naturalizado o efeito negativo da avaliação nos alunos, mas o que ocorre é que esses são os valores do modelo de sociedade capitalista em que vivemos, ou seja, a classificação, a exclusão e a meritocracia individual. Esperamos que estes problemas sejam refletidos e superados com ações coletivas em que pais e alunos se sintam sujeitos participantes do processo e não expectadores das transformações tão necessárias.

A mesma professora de EF afirma que houve alterações em sua prática pedagógica por conta das mudanças na avaliação. Ela passou a ministrar aulas teóricas em sala de aula e trabalhar com leitura de textos para ter parâmetros formais que possibilitassem quantificar o percentual de notas, apesar de discordar de sua utilização. Não sabemos se antes dessa mudança a professora desenvolvia propostas de ensino que trabalhassem com formulações conceituais sobre os conteúdos de EF. Explicitamos esta contradição, pois ela demonstrou uma

leitura e uma boa compreensão sobre a proposta de CDH, com capacidade de realizar reflexões críticas sobre os impactos do novo tipo de avaliação. Já a entrevista da segunda professora de EF, indica que as mudanças na avaliação não alteraram sua prática pedagógica e considera que a mudança do sistema seriado para o sistema de ciclos em muito pouco alterou sua prática de ensino.

Um fato interessante é que Freitas (2005) vai afirmar que o binômio avaliação/objetivos determina o binômio conteúdo/método. Entretanto, no caso, da prática pedagógica de uma das professoras de EF, isso não vêm ocorrendo. Podemos ter aqui um foco de pesquisa interessante na busca da compreensão dessa questão e, se esse fato é freqüente em outras instituições escolares.

Escobar (1997) identificou em sua pesquisa que a avaliação nas aulas de EFE se restringia basicamente a aspectos informais, ou seja, ao julgamento disciplinar e de valores. Identificamos esse mesmo problema com o questionário aplicado aos alunos. Em 59% das respostas dos alunos, os mesmos afirmam serem avaliados, nas aulas de EF, pela disciplina e pelo comportamento. Freitas (2005), afirma que existe um tripé avaliativo que são os aspectos instrucionais, disciplinares e de valores. Escobar (1997) afirma que, nas aulas de EFE, o aspecto instrucional é desmerecido, ou seja, a avaliação também deveria vislumbrar a aquisição de conhecimentos específicos que são identificadores da área, por parte dos alunos.

6. CONCLUSÕES

Acreditamos que a criação do percentual de nota no fundo esconde, e notamos essa característica na nova gestão do município, uma tendência de retorno ao sistema seriado. Nesse sentido, a formação para a autonomia do cidadão crítico que intervêm em sua realidade e modifica a história na busca de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, perpassa por uma educação de qualidade com professores(as) que tenham esses princípios em sua prática pedagógica e constantemente fazem uma auto-avaliação do seu papel enquanto professor(a).

Estas foram as considerações mais relevantes deste trabalho que esperamos poder contribuir para uma reflexão crítica dos/das professores(as) sobre a proposta de CDH e um de seus aspectos determinantes que é a condução do processo avaliativo na busca da superação das contradições sociais reproduzidas no interior da escola e da educação física. Esperamos que os problemas aqui levantados possam fomentar outras pesquisas, seja para reafirmar essas verdades transitórias ou questioná-las. Ou ainda, que suscitem outras investigações sobre a organização do trabalho pedagógico e do currículo escolar.

7. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. 128 p.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares**. Goiânia, GO. 2000.

_____, Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação na RME: Princípios para compreensão da avaliação dos educandos nas escolas municipais organizadas a partir dos Ciclos de Desenvolvimento Humano**. Goiânia, GO. 2002.

_____, Secretaria Municipal de Educação. **A organização da educação na rede Municipal**

de Goiânia a partir dos Ciclos de desenvolvimento Humano. Goiânia, GO. s/da.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação física.** 10 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1992. 119 p.

ESCOBAR, Micheli Ortega. **Transformação da Didática: Construção da Teoria Pedagógica como Categorias da Prática Pedagógica. Experiência na Disciplina Escolar Educação Física.** 1997. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, SP: 1997.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 288 p.

_____, Luiz Carlos de. **Ciclo ou série? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 27, 2004, Caxambu. Anais do GT 13 de Educação Fundamental, 2004. 33 p.

SANTOS, Ana Paula Gomes dos. **Avaliação em Educação Física na perspectiva dos ciclos de formação e desenvolvimento humano construindo uma proposta pedagógica para o ciclo II na escola municipal Brice Francisco Cordeiro.** 2004. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004.

Endereço completo:

Reigler: Avenida Rio Branco, Residencial Dom Felipe, Bl: 06 Apt: 503. Setor Urias Magalhães. Goiânia/GO. CEP: 74.565 – 070. Fone: (62) 3534 – 1621/ 9251 – 6581. Email: reigler@pop.com.br

Anegleyce: Rua MB 2 QD 2 LT 8 Res. Morada do Bosque Goiânia/GO. CEP: 74.000 – 000. Fone: (62) 3521 – 1141. Email: ateodoro@fef.ufg.br

Tecnologia de apresentação: Data Show.

Formato da Apresentação: Comunicação oral.

Grupo de Trabalho Temático: Escola.